



Eleitoral. O papel da Justiça eleitoral. Procedimentos e atividades fiscalizatórias. Limites da atuação do Poder Judiciário. Democracia e informação. Processos e procedimentos judiciais. O papel do Ministério Público e demais órgãos eleitorais.

## GRUPO II - DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**DIREITO CIVIL.** A eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas e a metodologia do direito civil constitucional. A autonomia privada e a liberdade de contratar. Direito contratual e cláusulas abusivas. A vulnerabilidade do contratante perante as instituições financeiras. Famílias: autonomia privada e interferência estatal. Disciplina judicial do regime jurídico das uniões homoafetivas. Responsabilidade civil e direito à informação. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL.** Procedimentos e técnicas processuais. Abuso do direito de ação. A solução consensual de conflitos como norma fundamental do processo civil brasileiro. Novas relações entre o CPC e os microsistemas processuais. Negócios jurídicos processuais como meio de efetivação do princípio da eficiência processual. Deveres das partes e de seus procuradores. Litigância de má-fé e demandas predatórias. Multas por litigância temerária. Requisitos para tramitação dos processos. Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual. A gratuidade da Justiça e os limites da atuação do juiz. Sistema brasileiro de precedentes: uniformização da jurisprudência e a força dos precedentes no novo CPC. Demandas repetitivas e o novo CPC: o IRDR; a priorização, sempre que possível, da execução coletiva; o estímulo ao uso da execução invertida. Monitoramento das demandas repetitivas. Devido processo legal nas demandas de direito público e diálogo interinstitucional. Execução fiscal: utilização de mecanismos prévios e extrajudiciais de cobrança. Execução contra a fazenda pública e o não cumprimento das decisões judiciais. Legitimidade e interesse de agir na tutela dos interesses difusos e coletivos. Poderes instrutórios do juiz e ativismo judicial no âmbito das demandas patrimoniais à luz do modelo constitucional do processo civil brasileiro. A indisponibilidade dos interesses da Administração Pública no âmbito do direito processual civil: princípio absoluto ou relativo. Juizados Especiais Cíveis e demandas predatórias.

**GRUPO III - DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL.** Princípio da legalidade no Direito Penal. Princípio da seletividade no Direito Penal. Novos ilícitos penais. Direito Penal e novas tecnologias. Direito Penal na era da informação. Direito Penal do inimigo. Pós-positivismo e Direito Penal. Reflexões sobre garantismo e funcionalismo penal. Força vinculante dos precedentes no âmbito penal. A doutrina da proteção dos bens jurídicos e a proteção dos vulneráveis. Violência contra a mulher e institutos despenalizadores: efetividade e mecanismos de coercitividade da norma penal. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. A vítima no processo penal. Institutos despenalizadores: transação penal e suspensão condicional do processo. O acordo de não persecução penal: limites e momento adequado. O princípio da inércia da jurisdição no processo penal *versus* poder geral de cautela. Duração razoável do processo e prisão preventiva. Mudanças introduzidas pelo "Pacote Anticrime", Lei nº 13.964/19. A execução penal: reflexos da ausência de estabelecimento adequado para cumprimento da pena. Regime aberto e fiscalização.

## GRUPO IV – ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA: AS NOVAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO. MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA: AS NOVAS FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO.** Automatização de tarefas. Inteligência artificial e motivação das decisões judiciais. Impactos da inteligência artificial na sociedade e no direito: benefícios e controvérsias. A influência do usuário para a atualização e correta alimentação dos sistemas de gestão de processos judiciais. Comunicação dos atos processuais por meio digital. Ferramentas de busca de informações jurisprudenciais: gestão de processos vinculados a temas de demandas repetitivas e incidentes de uniformização de jurisprudência. Ferramentas para gestão e armazenamento de dados em nuvem. Ferramentas para detecção de fraude e manipulação em documentos juntados em autos de processos digitais. A audiência virtual, suas ferramentas, vantagens e riscos. Serventias judiciais. Gestão de pessoas por competência. Estrutura e funcionamento das serventias. Jurisdição-fim e jurisdição-meio. Gestão de recursos materiais e de logística. Reflexos das premissas fundamentais, valores e princípios do novo CPC na gestão cartorária e na elaboração das decisões judiciais das respectivas unidades judiciárias. Técnicas processuais de enfrentamento. Sistemas e processo judicial digital. Conselho Nacional de Justiça. Corregedoria Nacional de Justiça. Sistemas eletrônicos no novo CPC: as publicações e consultas na rede mundial de computadores. **MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.** A Resolução n. 125/2010, do CNJ. Núcleos Permanentes de Solução de Conflitos – NUPEMECs e políticas consensuais. Centros Judiciários de Soluções de Conflitos – CEJUSCs, conciliação e mediação. Confidencialidade e decisão informada. Ética e imparcialidade do mediador e do conciliador. A primazia da solução consensual de conflitos no direito de família. Justiça multiportas: efetividade e procedimentos. Núcleos e centros de prevenção e monitoramento de conflitos. Conflitos metaindividuais.

**GRUPO V – FILOSOFIA DO DIREITO E ÉTICA.** Sociologia do direito, dogmática e filosofia. Controle social e direito. O direito alternativo e o uso alternativo do direito numa abordagem da sociologia jurídica. A sociologia do direito como instrumento interno de aplicação do direito. A sociologia do direito como uma visão externa ao direito. Sociologia do direito e relações de família. Visão sociológica das funções do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Procurador de Estado e da Advocacia. Sociologia do Direito e acesso à justiça. Influência da mídia na edição de leis e de decisões judiciais. Sociologia do direito e criminalidade. Importância da visão multidisciplinar no Poder Judiciário. Código de Ética da Advocacia. Código de Ética da Magistratura. A ética e os deveres de conduta dos atores judiciais. A construção retórica do ordenamento jurídico: a ética e o direito. A pulverização dos deveres éticos e a função do Poder Judiciário.

## EDITAL Nº 162/2024

A Comissão de Seleção nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, através da Portaria Nº 302/2024 (DJE 19/02/2024), torna público o **GABARITO PRELIMINAR** da prova aplicada no 28 de Maio, na cidade de Maceió, referente ao **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE FARMACÊUTICO E AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL DO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS.**

### GABARITO PRELIMINAR FARMACÊUTICO

1	D	11	B	21	C	31	B	41	B
2	D	12	C	22	D	32	D	42	B
3	D	13	D	23	C	33	D	43	D
4	B	14	D	24	D	34	D	44	A



5	A	15	D	25	D	35	D	45	C
6	D	16	A	26	D	36	B	46	D
7	C	17	C	27	D	37	D	47	A
8	A	18	B	28	C	38	A	48	A
9	D	19	D	29	D	39	D	49	C
10	C	20	A	30	C	40	C	50	A

GABARITO PRELIMINAR AUXILIAR BUCAL

1	D	11	D	21	A	31	C	41	D
2	A	12	C	22	A	32	B	42	C
3	D	13	D	23	C	33	A	43	D
4	A	14	D	24	A	34	B	44	C
5	C	15	A	25	D	35	D	45	C
6	B	16	B	26	A	36	A	46	A
7	D	17	C	27	D	37	D	47	A
8	A	18	D	28	B	38	A	48	C
9	C	19	C	29	D	39	A	49	A
10	A	20	C	30	B	40	B	50	A

1.Os candidatos disporão de 02 (dois) dias úteis, contados desta publicação no Diário Eletrônico da Justiça, para opor impugnação contra o gabarito.

2.Os recursos somente poderão ser interpostos pelo e-mail, através do endereço eletrônico processoseletivosetormedico@gmail.com.

Maceió, 03 de Junho de 2024.

**Dr. João Paulo Martins Da Costa**  
Juiz Presidente da Comissão

**Georges Basile Christopoulos**  
Servidor – Membro

**Karla Patricia Almeida Farias De Moraes**  
Servidor – Membro

**Diego Ramon Omena Firmino**  
Servidor – Membro

**Renan Gustavo Ferro Gonzaga**  
Servidor - Membro

COORDENAÇÃO-GERAL DE CURSOS DA ESMAL  
Processo Administrativo virtual nº 2024/1447

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Considerando as informações e documentos contidos no Processo Administrativo Virtual nº 2024/1447 que tem por objeto a contratação do professor Mestre ANDRÉ LUIS PARIZIO MAIA PAIVA, para ministrar aulas Curso para Servidores com o tema: "FORMAÇÃO INICIAL PARA OFICIAIS DE JUSTIÇA", que ocorrerá nos dias 03, 04 05, 06 e 07/06/2024, nesta Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL, com carga horária total de 50h/a, ficando 15h/a, a cargo do referido professor Conteudista na titulação de Mestre, conforme Portaria nº 03/2018 de 05 de Julho de 2018, que dispõe sobre a remuneração de Professores e Resolução nº 48/2016 (FUNDESMAL).

Essa ratificação se fundamenta no artigo 6, XVIII, "f" c/c o artigo 74. III, "f" da Lei 14.133/21.

O valor global do contrato (REMUNERAÇÃO BASE + INSS PATRONAL) é de R\$ 4.752,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais) que será pago com recursos consignados ao orçamento na forma que segue:

Unidade Orçamentária 02561 - FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS Programa de trabalho 02.061. 1010. 5234 - MANUTENÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS Id. uso 0 - Não Destinado à Contrapartida Identificador Exercício Fonte 1 - Recursos do Exercício Corrente Fonte 759 - Recursos Vinculados a Fundos Tipo de Detalhamento de Fonte 0 - SEM DETALHAMENTO Detalhamento de Fonte 000000 - SEM